

Esta carta foi mandada ao Sr. Joseph Hanlon em resposta a um artigo recente, "*Donor Concern over IMF cap on aid increases*" [*Doadores preocupados com limite imposto pelo FMI ao aumento da ajuda externa*] que o Sr. Hanlon, que escreve sobre assuntos Africanos, distribuiu através do seu boletim de notícias sobre Moçambique. Este artigo pode ser encontrado nesta direcção: [www.open.ac.uk/technology/mozambique](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique)

Maputo, 7 de Fevereiro de 2006

Prezado Senhor Hanlon:

Li com interesse a sua análise do programa de Moçambique apoiado pelo FMI. Entretanto, creio que o senhor apresenta um retrato enganoso do apoio prestado pelo FMI a Moçambique no âmbito deste programa. O Fundo está a colaborar activamente com as autoridades moçambicanas para que toda a ajuda externa disponível seja utilizada da melhor forma. Discordo, portanto, da sua conclusão de que o FMI está a impedir que mais ajuda externa chegue ao país.

O senhor está certo ao afirmar que o governo fixa uma meta para o défice primário interno, a qual faz parte do programa apoiado pelo FMI. Esta meta não constitui um limite ao apoio ao orçamento. Antes, ela toma em consideração a estimativa do valor da ajuda externa disponível. Por exemplo, o défice em 2006 é um pouco superior ao previsto em Junho de 2005, à época da última revisão do programa apoiado pelo FMI, em virtude do compromisso explícito dos doadores de elevar o apoio ao orçamento.

A meta para o défice é um elemento da política fiscal usado para garantir a manutenção da estabilidade macroeconómica, a gestão prudente da dívida e um nível apropriado de gastos para alcançar os objectivos estabelecidos no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Ela é compatível com o Orçamento do Estado e não é determinada de forma arbitrária. Se o planeamento do Orçamento reflectir os compromissos dos doadores adequadamente, uma meta fixada de maneira correcta não restringirá os gastos correspondentes e, ainda, reflectirá as prioridades do governo. Só um aumento inesperado da assistência dos doadores que ocorra, por exemplo, em meados do exercício orçamentário, pode elevar o défice primário interno acima da meta.

Estes aumentos súbitos da ajuda externa fora do planeado precisam passar pelo Orçamento; em caso contrário, as autoridades moçambicanas perderiam todo o controle sobre as suas despesas prioritárias. Embora os doadores estejam ansiosos para injectar mais dinheiro em Moçambique, como afirma em sua análise, o Ministro das Finanças moçambicano deve trabalhar com projecções razoáveis de receitas internas e externas, e não com a tendência da ajuda dos doadores em dado momento. Estes, por sua vez, precisam coordenar seus compromissos de ajuda com o ciclo orçamental do país, de modo a permitir que novos fluxos de receita e os gastos correspondentes sejam supervisionados pelo Parlamento. Também é importante lembrar que eles devem não apenas prometer mas também comprometer-se efectivamente, se possível ao longo de um ciclo de vários anos.

Contudo, quando ocorrem surpresas no que toca à ajuda externa, as autoridades e o FMI precisam adaptar-se. O FMI está em comunicação constante com o governo moçambicano e os doadores, incluindo o Banco Mundial, e avalia os seus programas a cada seis meses. Durante estas avaliações, a meta é revista e ajustada com base nas novas informações disponíveis. Assim, quando se planeia gastar novos recursos de ajuda, a meta para o défice pode ser flexibilizada.

No que diz respeito à sua pergunta específica sobre a área da saúde, permita-me sublinhar que o FMI está ciente dos desafios enfrentados pelo Ministro da Saúde, e é nosso desejo apoiá-lo em seus esforços para ampliar o programa de saúde mediante a elevação do financiamento por parte dos doadores. As avaliações do FMI são realizadas com frequência suficiente para permitir ajustes das metas para o défice primário interno caso os doadores desembolsem recursos em volume maior do que antes indicado. Naturalmente, o FMI não gostaria que a inclusão de fundos para projectos no Orçamento do Estado causasse uma redução dos gastos em saúde e procederia ao ajuste dessas metas conforme necessário.

Ao mesmo tempo, é importante assegurar que o governo de Moçambique tenha a capacidade para, no futuro, arcar com os custos de números mais elevados de pessoal com as devidas qualificações e formação. Esta é uma questão crucial que não se deve ignorar. Os doadores devem mostrar-se dispostos a garantir os recursos futuros para a expansão dos quadros. De outro modo, talvez seja necessário aumentar a flexibilidade na contratação de pessoal, a fim de dar ao governo a confiança suficiente para ampliar o programa.

Isto remete-me a dois dos aspectos mais relevantes do debate actual sobre a expansão da ajuda externa: a importância de coordenar e harmonizar a ajuda e a necessidade de tornar mais previsíveis os desembolsos de ajuda por parte dos doadores.

Não obstante o excelente nível de coordenação entre os doadores em Moçambique, as autoridades enfrentam muitas limitações ao preparar seus planos plurianuais. É difícil para o governo ter certeza sobre o volume dos desembolsos no médio prazo, e talvez não seja prudente comprometer verbas nesse horizonte — sobretudo no que tange à contratação de novos quadros — quando não se sabe ao certo se os recursos estarão disponíveis no ciclo orçamental seguinte.

Muito já se discutiu na busca de uma solução para estes problemas de *timing*, inclusive no âmbito do diálogo constante entre o governo moçambicano, os doadores bilaterais e o FMI. Mantemos um debate construtivo sobre como melhorar a formulação da meta fiscal do FMI à luz da evolução da ajuda externa nos últimos anos. A ajuda dos doadores, em especial, é direccionada cada vez mais para o apoio directo ao Orçamento, em detrimento da concessão de créditos para projectos de investimento de capital. Está a crescer a parcela desses recursos empregada na contratação de pessoal para as áreas de saúde e educação, bem como na compra de remédios. Isto constitui um esforço para ajudar o país a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Por último, o seu artigo cita um estudo recente do FMI sobre os aspectos macroeconómicos da elevação da ajuda externa. Este estudo, no entanto, é descaracterizado como se promovesse o argumento de que “períodos de inflação mais elevada produzem crescimento real, e isso deve ser tolerado de modo a evitar uma depreciação da taxa de câmbio”.

Na verdade, o estudo argumenta de forma subtil que, em algumas circunstâncias, uma elevação permanente do nível de ajuda externa pode exigir uma valorização da taxa de câmbio real de equilíbrio. O câmbio real valorizado muitas vezes implica uma combinação de valorização nominal e inflação.

Os países podem usar as políticas monetária e fiscal para graduar essa combinação da forma mais adequada a suas circunstâncias. No entanto, conforme indica o estudo, isso deve condicionar-se à evolução económica recente. Um país que está a recuperar-se de um período de inflação provavelmente deve procurar controlar as expectativas inflacionistas e ajustar-se à elevação do volume de ajuda financeira por meio da taxa de câmbio nominal. Para além disso, o estudo ressalta que, se a ajuda é empregada de maneira produtiva, a reacção da economia do lado da oferta pode, com o tempo, amortecer boa parte do impacto sobre a taxa de câmbio real.

Espero que possa transmitir os meus comentários aos leitores do seu boletim. Ademais, teria prazer em encontrá-lo para discutir estas questões logo seja possível. Informo, porém, que a minha missão como Representante Residente do FMI em Moçambique encerra-se a 28 de Fevereiro de 2006. Fico na expectativa de que possamos nos reunir antes de minha partida. Caso isso não seja possível, o Sr. Felix Fisher, o meu sucessor, estará à sua disposição para contactos futuros.

Atenciosamente,

Perry Perone  
Representante Residente  
Moçambique